

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E QUALIDADE
NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS SERGIPANOS**
**RELATIONSHIP BETWEEN FAMILY GRANT PROGRAMME AND
QUALITY IN EDUCATION: A STUDY IN SERGIPANIC
MUNICIPALITIES**

Nadielli Maria dos Santos Galvão¹

Artigo recebido em março de 2019

RESUMO

O objetivo do estudo foi verificar se os municípios sergipanos que apresentam maior nível de recebimento de valores por meio do Programa Bolsa Família (PBF) alcançam melhores níveis educacionais. Foram selecionadas 71 cidades do referido estado, sendo os dados estudados por meio de uma abordagem quantitativa valendo-se do coeficiente de Spearman para análise dos resultados. Verificou-se que não há uma associação estatisticamente significativa entre qualidade na educação e variáveis como participação no recebimento de recursos do PBF (%PBF), quantidade de crianças entre 6 e 14 anos atendidas (TOTCR). Percebeu-se, no entanto, que apesar de não significativa, na maioria dos casos a baixa relação que houve foi negativa, denotando uma tendência de que quanto maior o nível de recursos recebidos nos municípios, menor tende a ser a qualidade da educação. Por outro lado, quando as variáveis de qualidade no ensino são associadas com a média de recebimentos por família (MEDFAM), há uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a nota de português e matemática no quinto ano, o nível em que o município se encontra na nota de matemática no quinto e a nota de matemática no nono ano. Assim, conclui-se que à medida que a média de recebimentos por família aumenta, menor é a nota ou nível da cidade nas avaliações nacionais.

Palavras-chave: Educação. Programa Bolsa Família. Prova Brasil. Sergipe.

ABSTRACT

The objective of the study was to verify if the municipalities of Sergipe that present a higher level of receipt of values through the Family Grant Program (PBF) achieve better educational levels. Seventy-one cities were selected from this state, and the data were studied using a quantitative approach using the Spearman coefficient to analyze the results. It was verified that there is no statistically significant association between quality in education and variables such as participation in the receipt of PBF resources (% PBF), number of children between 6 and 14 years attended (TOTCR). It was noticed, however, that in spite of not being significant, in the majority of cases the low relation was negative, denoting a tendency that the higher the level of resources received in the municipalities, the lower the quality of education tends to be. On the other hand, when the variables of quality in education are associated with the average of receipts per family (MEDFAM), there is a negative and statistically significant association between the grade of Portuguese and mathematics in the fifth year, the level in which the municipality is on the math note in the fifth grade and the math grade on the ninth grade. Thus, it is concluded that as the average of receipts per family increases, the lower the grade or level of the city in the national evaluations.

Keywords: Brazil Test. Education. Family Grant Program. Sergipe.

¹ Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal de Sergipe e membro acadêmica da Academia Sergipana de Ciências Contábeis. E-mail: profa.nadielligalvao@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Educação é um dos fatores primordiais para o desenvolvimento de uma nação, fazendo com que seu avanço, a longo prazo gere resultados positivos na diminuição da desigualdade e na democratização (CHAUI; 2001). Autores como Garcia e Hillesheim (2017) apontam que a assimetria no acesso à educação gera diversos problemas na estrutura socioeconômica do Brasil, sendo a pobreza uma das mais explícitas expressões dessas dificuldades que um fraco ensino pode proporcionar.

Um dos meios que o governo adota visando diminuir a pobreza é por meio das políticas públicas de transferência de renda, sendo que críticos apontam que existem falhas nesses programas pois, em alguns casos, os verdadeiramente pobres não são atendidos, ou ocorre um fenômeno chamado ‘armadilha da pobreza’, onde o indivíduo se acomoda no valor recebido, ao invés de procurar uma melhoria de vida, ou uma geração de renda própria (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011). Por isso, é necessário que haja uma contrapartida do beneficiário para que este possa, ao longo de certo período, ganhar independência tornando-se assim corresponsável no processo de melhoria de sua qualidade de vida, atacando de forma mais eficaz o problema da carência (MONNERAT; NOGUEIRA; 2014).

O Programa Bolsa Família (PBF), um dos mais conhecidos no que tange à transferência de recursos no Brasil, proporciona um ingresso de recursos para as famílias de baixa renda, ao mesmo tempo que exige frequência escolar mínima de 85% para estudantes de até 15 anos, e de 75% para os alunos de até 17 anos (Lei 10.836/2004). Assim, há a tentativa de melhorar o acesso ao ensino e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades sociais de forma mais eficaz. Nesse sentido, pesquisadores como Oliveira e Soares (2013) e Cireno, Silva e Proença (2013) enxergam que tais programas proporcionam sim um incentivo para que as crianças frequentem a escola. Mas, é questionado se esse acesso garante uma educação de qualidade.

O Estado de Sergipe é um dos três estados brasileiros que dobrou o número de famílias vivendo na extrema pobreza entre 2014 e 2017 (BÔAS, 2018). Sabe-se que os beneficiários do PBF compõem mais de um terço da população de 11 Estados brasileiros. Estima-se que 21% da população brasileira vive com base nesse benefício, sendo a maior concentração nos estados do Norte e Nordeste (MARCHESINI, 2018). Acrescenta-se que metade da população sergipana depende do benefício para sobreviver (SANTANA, 2018). Além disso, a Unidade Federativa supracitada amarga péssimos indicadores educacionais, sendo considerado um dos estados com o pior desempenho neste aspecto (SANTOS; 2016; NOVAES; ALMEIDA, 2016; RIOS; 2018).

Com este contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Existe relação entre recebimento de recursos do PBF e a qualidade educacional nos municípios sergipanos? Assim, o objetivo da presente pesquisa é verificar se os municípios que apresentam maior nível de recebimento de valores por meio do PBF alcançam melhores níveis educacionais. Como indicadores de ensino escolhido tem-se a nota do Prova Brasil que avalia o nível de aprendizagem em língua portuguesa e matemática entre alunos do 5º e 9º ano com foco nas escolas públicas, filtrando-se apenas as escolas municipais.

Esta pesquisa será útil por trazer um panorama da educação em um dos Estados mais carentes da federação. Ao mesmo tempo irá discutir até que ponto o fato do PBF exigir uma frequência escolar mínima garante que estes alunos estão tendo acesso a uma boa instrução que poderá, de fato, ajudá-los a superar barreiras da carestia.

Este estudo está dividido em cinco seções, sendo esta uma introdução onde é apresentado o objetivo da pesquisa e seu contexto, juntamente com a pergunta que se pretende

responder. A seguir apresenta-se a revisão de literatura, com os pontos necessários para uma melhor compreensão do texto. A terceira seção aponta os procedimentos metodológicos adotados para o alcance do desiderato do trabalho. Em seguida são apontados os principais resultados da pesquisa. A quinta e última seção finaliza o estudo apontando suas principais conclusões, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico pelo programa Bolsa Família.

2.1 Programa Bolsa Família

A pobreza no Brasil é algo que remonta suas origens desde o seu descobrimento e que, com pesar, ainda é algo corrente em sua história atual (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018b). No entanto, é imprescindível que o Estado cumpra seu papel de garantidor dos direitos sociais básicos (COSTA; LOBO, 2014). A própria Constituição Federal (1988) traz que é dever da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, III).

Neste contexto surgem as chamadas políticas de transferência de renda cujo objetivo central é “criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através de uma transferência de renda complementar” (JESUS; SILVA; BOAVENTURA; 2012, p.29). Tais ações surgiram em meados do século 20 em países desenvolvidos, sendo que a maior parte das nações europeias passaram a aderir esse modelo no período pós-guerra, tendo sido adotada em 1989 pelos membros da União Europeia, exceto na Inglaterra, com a garantia de uma renda mínima. Destaca-se que na Inglaterra este modelo já havia sido implantado desde 1948 (SOARES; 2010)

Políticas públicas de transferência de renda têm seu marco inicial no Brasil a partir de 1930, período este em que a nação se encontrava em uma transição entre o modelo econômico agroexportador para um modelo urbano-industrial, surgindo assim a necessidade de atender às demandas operárias que foram surgindo (ORTIZ; CAMARGO, 2016).

No entanto, Silva (2007) apontou que o desenvolvimento histórico das políticas de transferência pode ser esquematizado em cinco fases: o **primeiro momento** em 1991, com o debate inicial sobre a renda mínima. No mesmo ano surge um **segundo momento** com a discussão sobre a vinculação da transferência de renda mínima com a exigência de matrícula e manutenção das crianças entre sete e catorze anos na escola. Entre 1995 e 1996 surge, de acordo com o autor supracitado, o **terceiro momento**, que é marcado pela implantação de experiências em municípios como Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP) e Brasília (DF), bem como experiências do governo federal com ações como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com o início da implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O **quarto momento** tem como ano inicial 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação de projetos como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Em seguida, no **quinto momento**, em 2003, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, surge o Programa Bolsa Família, que unificou programas já existentes. A Figura 1 ilustra esses períodos para uma melhor compreensão.

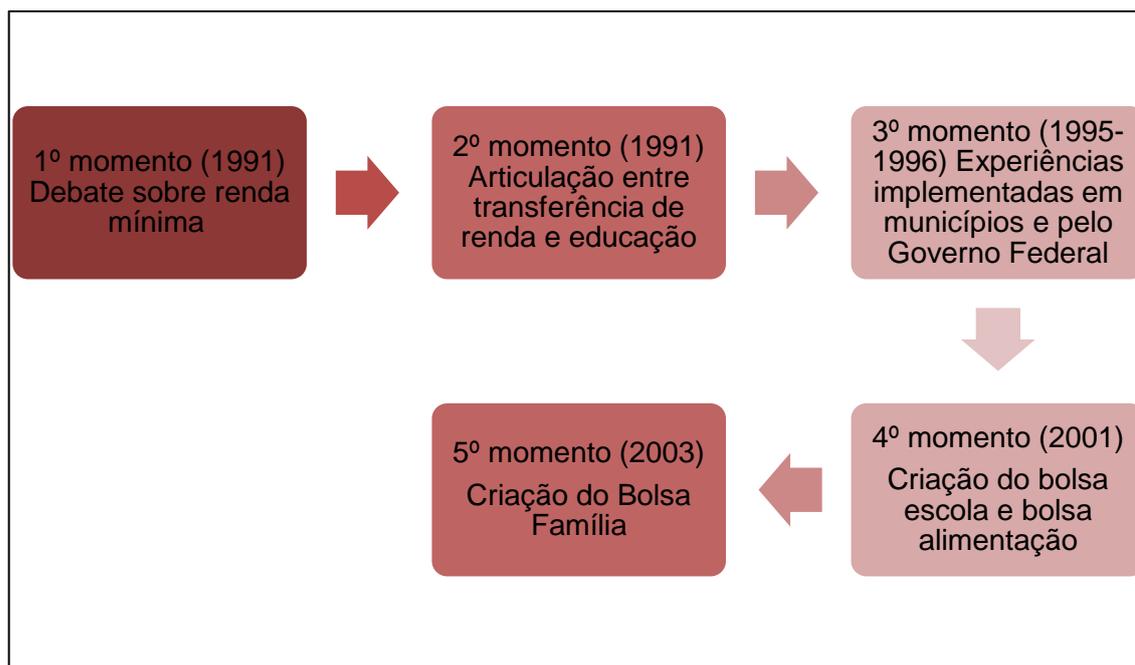


Figura 1 – Resumo do processo de criação de programas de transferência de renda
Fonte: Adaptado de Silva (2007)

Os programas preexistentes que passaram a compor o Bolsa família foram: Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola; Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA; Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação; Programa Auxílio-Gás (Lei nº 10.836 de 2004, artigo 1º, parágrafo único). Costa e Lobo (2014) sinalizam que a junção de todos esses programas em apenas um foi positiva, pois a maior parte das famílias eram beneficiadas por todos esses projetos, assim, consolidar tudo em um único cadastro facilitaria o acesso à essas famílias, ao mesmo tempo que melhoraria a fiscalização e transparência.

No que se refere ao benefício transferido existem basicamente quatro modalidades de concessão: benefício básico, benefício variável, benefício variável vinculado ao adolescente, benefício para superação da extrema pobreza (art. 2º, Lei 10.836 de 2004). O Quadro 1 resume cada uma dessas categorias.

Categoria	Para quem é destinado	Valor
Benefício básico	Destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza	R\$ 89,00
Benefício Variável	Destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças de zero até 12 anos, ou adolescentes até os 15 anos.	R\$ 41,00 por beneficiário até o limite de R\$ 205,00 por família
Benefício Variável vinculado ao adolescente	Destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade	R\$ 48,00 por beneficiário até o limite 96,00 por família

	de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino	
Benefício para superação da extrema pobreza	Destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma da renda familiar mensal e dos benefícios citados anteriormente seja igual ou inferior a R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) per capita.	Resultado da diferença entre R\$ 89,01 (oitenta e nove reais e um centavo) e a soma per capita dos benefícios, multiplicado pela quantidade de membros da família, arredondado ao múltiplo de R\$ 2,00 (dois reais) imediatamente superior

Quadro 1 – Resumo dos benefícios
Fonte: Decreto n. 9.396 de 30 de maio de 2018

Ressalta-se que, de acordo com o artigo 18 do Decreto n. 9.396 de 30 de maio de 2018, considera-se como situação de pobreza a renda familiar per capita de até R\$ 178,00. Já a situação de extrema pobreza caracteriza-se pela renda familiar per capita de até R\$ 89,00. Ainda há que se destacar que, para fins de recebimento do benefício, considera-se família.

... a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (Lei n. 10.836 de 2004, art. 2º, § 1º, I).

Também é ressaltado que a renda per capita, para fins de categorização entre situação de pobreza e de extrema pobreza, é “a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.” (Lei n. 10.836 de 2004, art. 2º, § 1º, II)

Como condicionalidades para o recebimento do bolsa família, torna-se necessário o cumprimento do pré-natal, acompanhamento nutricional e a frequência escolar de 85% para as crianças de até doze anos e adolescentes de até quinze anos. No caso dos adolescentes entre dezesseis e dezessete anos torna-se necessária uma frequência de 75% (Lei n. 10.836 de 2004, art. 3º)

Pelo ângulo da educação, já que este é o foco do presente estudo, verificou-se que Oliveira e Soares (2013) entendem que as famílias que recebem os valores do bolsa família tendem a ter maiores incentivos para enviar suas crianças à escola com assiduidade. De acordo estão Cireno, Silva e Proença (2013), pois afirmam que a probabilidade de crianças matriculadas e que frequentam escola aumenta entre as famílias que recebem valores de programas do governo. No entanto, quanto ao desempenho desses estudantes, os autores supracitados informaram que apesar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental beneficiados apresentarem desempenho escolar pior que aqueles que não recebem nenhum auxílio do governo, isso muda no 9º ano, evidenciando que as metas podem ser atingidas a longo prazo.

2.2 Avaliação da Educação Básica no Brasil

No Brasil, considera-se educação básica aquela correspondente aos primeiros anos escolares categorizados em: educação infantil, para crianças com até cinco anos; ensino fundamental, para crianças de 6 a adolescentes de 14 anos e o ensino médio, para adolescentes de 15 a 17 anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Para fins de aferição da qualidade do ensino existe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que abrange um conjunto de avaliações que visam traçar um diagnóstico da educação básica, verificando os fatores que podem levar a um melhor ou pior desempenho por aluno. O Quadro 2 apresenta os elementos que fazem parte do Saeb.

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)	A avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb),	Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)
Avalia o nível de aprendizagem em língua portuguesa e matemática entre alunos do 5º e 9º ano de escolas públicas, sendo mais conhecida como Prova Brasil	Tem como foco estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, das redes públicas e privadas, utilizando-se dos mesmos critérios da Anresc.	Procura aferir os níveis de leitura e escrita da língua portuguesa, bem como conhecimento matemático em estudantes do 3º ano do ensino fundamental.

Quadro 2 – Componentes do Saeb
Fonte: Portal do INEP

Essas avaliações utilizam escalas para mensuração do desempenho. No caso de língua portuguesa, os valores vão do nível 0 a 9 e de matemática do nível 0 a 12. A Tabela 1 apresenta as pontuações para enquadramento em cada um dos níveis de avaliação.

Língua Portuguesa		Matemática	
Nível	Pontos	Nível	Pontos
Nível 0	125 ou menos	Nível 0	125 ou menos
Nível 1	125 a 150	Nível 1	125 a 150
Nível 2	150 a 175	Nível 2	150 a 175
Nível 3	175 a 200	Nível 3	175 a 200
Nível 4	200 a 225	Nível 4	200 a 225
Nível 5	225 a 250	Nível 5	225 a 250
Nível 6	250 a 275	Nível 6	250 a 275
Nível 7	275 a 300	Nível 7	275 a 300
Nível 8	300 a 325	Nível 8	300 a 325
Nível 9	Maior que 325	Nível 9	325 a 350
		Nível 10	350 a 375
		Nível 11	375 a 400
		Nível 12	Maior que 400

Tabela 1 – Escalas de Avaliação do Saeb
Fonte: Inep – Matrizes e Escalas

As médias de desempenho no Saeb, juntamente com os dados do Censo Escolar, o qual realiza um levantamento estatístico, traçando um panorama educacional do Brasil, compõe o

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Destaca-se que a partir de 2019, as três avaliações, Anresc, Aneb e ANA, deixarão de existir, passando a ser identificadas apenas pelo termo Saeb (INEP).

3 MÉTODO

Para realização do estudo foi adotada a abordagem quantitativa, a qual se vale de métodos estatísticos para explicar dados e fenômenos (GRESSLER; 2004). Trata-se também de uma pesquisa descritiva pois visa observar e correlacionar fatos do mundo real sem a interferência do pesquisador (RAMPAZZO; 2005).

A amostra contou com 71 municípios sergipanos. Sabe-se que o Estado em questão conta com 75 cidades, no entanto, tornou-se necessário excluir 4 componentes por não apresentarem os dados necessários para realização do estudo. Assim, os elementos que compuseram o grupo final para análise são destacados a seguir em ordem alfabética. Amparo de São Francisco; Aquidabã; Aracaju; Arauá; Areia Branca; Barra dos Coqueiros; Boquim; Brejo Grande; Campo do Brito; Canhoba; Canindé de São Francisco; Capela; Carira; Cedro de São João; Cristinápolis; Cumbe; Divina Pastora; Estância; Feira Nova; Frei Paulo; Gararu; General Maynard; Gracho Cardoso; Ilha das Flores; Indiaroba; Itabaiana; Itabaianinha; Itabi; Itaporanga d'Ajuda; Japarutuba; Japoatã; Lagarto; Laranjeiras; Macambira; Malhada dos Bois; Malhador; Maruim; Monte Alegre de Sergipe; Muribeca; Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora da Glória; Nossa Senhora das Dores; Nossa Senhora de Lourdes; Nossa Senhora do Socorro; Pacatuba; Pedra Mole; Pedrinhas; Pirambu; Poço Redondo; Poço Verde; Porto da Folha; Propriá; Riachão do Dantas; Riachuelo; Ribeirópolis; Rosário do Catete; Salgado; Santa Luzia do Itanhy; Santa Rosa de Lima; Santana do São Francisco; Santo Amaro das Brotas; São Cristóvão; São Domingos; São Francisco; São Miguel do Aleixo; Simão Dias; Siriri; Telha; Tobias Barreto; Tomar do Geru; Umbaúba.

As variáveis escolhidas foram divididas em dois grupos: o primeiro conjunto foi composto por aquelas que denotavam qualidade na educação, escolhendo-se as notas do Prova Brasil. O segundo grupo foi composto por variáveis relacionadas com o Bolsa Família, a saber, percentual no recebimento total de recursos do PBF, quantidade de beneficiários entre 6 e 15 anos no município e média de recebimentos por família na localidade. O detalhamento das variáveis escolhidas é apresentado no Quadro 3.

Grupo	Sigla	Significado	Formulação/Extração
Qualidade da educação	PORT5	Nota do município na disciplina de português na Prova Brasil aplicada no 5º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
	NVLPORT5	Atribuição do nível do município com base na nota na disciplina de português na Prova Brasil aplicada no 5º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
	MAT5	Nota do município na disciplina de matemática na Prova Brasil	Variável retirada do site do INEP

		aplicada no 5º ano do ensino fundamental	
	NVLMAT5	Atribuição do nível do município com base na nota na disciplina de matemática na Prova Brasil aplicada no 5º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
	PORT9	Nota do município na disciplina de português na Prova Brasil aplicada no 9º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
	NVLPOR9	Atribuição do nível do município com base na nota na disciplina de português na Prova Brasil aplicada no 9º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
	MAT9	Nota do município na disciplina de matemática na Prova Brasil aplicada no 9º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
	NVLMAT9	Atribuição do nível do município com base na nota na disciplina de matemática na Prova Brasil aplicada no 9º ano do ensino fundamental	Variável retirada do site do INEP
PBF	%PBF2017	Percentual de participação do município no total recebido do PBF pelas cidades participantes da pesquisa	<i>PBF2017 Município</i> <i>PBF2017 Amostra</i> , Dados extraídos do Portal da Transparência
	TOTCR	Total de beneficiários com perfil de educação de 6 a 15 anos, pois nesta faixa etária encontram-se a maior parte dos estudantes do nível fundamental maior (até o 9º ano).	Variável retirada do site do VIS DATA
	MEDFAM	Valor médio recebido por Família cadastrada no PBF no município	Variável retirada do site do VIS DATA

Quadro 3 – Detalhamento das variáveis

Fonte: autora

Inicialmente foi realizada uma estatística descritiva com a finalidade de conhecer os traços da amostra estudada e suas principais características no que tange às variáveis selecionadas. Em seguida, com a finalidade de verificar se existe associação entre o nível de ensino e o PBF foi aplicada a análise de correção de Spearman. Cada variável do grupo ‘Qualidade de Educação’ foi confrontada com as variáveis do grupo ‘Programa Bolsa Família’. O indicador escolhido é calculado por meio da formulação

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n x_i y_i}{\sqrt{\sum_{i=1}^n x_i^2 \sum_{i=1}^n y_i^2}}$$

Em que, $X_i = X_i - \bar{X}$ e $Y_i = Y_i - \bar{Y}$

Conforme Azevedo (2012) este teste é dado por meio do ranqueamento das variáveis, sendo que se o valor de resposta for positivo, significa que há associação positiva entre as variáveis, em outras palavras, à medida que uma variável cresce a outra segue na mesma direção. Caso o valor do coeficiente seja negativo, à medida que uma variável cai, a outra segue em sentido inverso. A hipótese nula (H_0) é de que não há associação entre as variáveis, enquanto que a hipótese alternativa (H_1) é que há associação. Para aceitação ou rejeição de H_0 adota-se o critério onde valor-p maior que 0,05 considera-se que não há associação estatisticamente significativa.

Adotou-se o coeficiente de Spearman pois este é uma alternativa usual quando o pressuposto da distribuição normal não é encontrado nas variáveis estudadas (BAUER; 2007), ou seja, este é um teste não paramétrico. Ressalta-se que, de acordo com Silveira (2012), apesar de suas limitações, esses tipos de testes aproximam-se mais da realidade, pois em geral, não há distribuição normal em eventos cotidianos. Assim, para teste da normalidade nas variáveis estudadas foi realizado o teste Shapiro-Wilk, cujos resultados são apontados na Tabela 2.

Variáveis	Resultado do Teste Shapiro-Wilk (W)	Variável com distribuição normal
PORT5	W = 0,976193; valor-p = 0,19582	SIM
NVLPORT5	W = 0,706331; valor-p = 0,00	NÃO
MAT5	W = 0,972389; valor-p = 0,119136	SIM
NVLMAT5	W = 0,726669; valor-p = 0,00	NÃO
PORT9	W = 0,98406; valor-p = 0,506544	SIM
NVLPORT9	W = 0,70608; valor-p = 0,00	NÃO
MAT9	W = 0,98364; valor-p = 0,483974	SIM
NVLMAT9	W = 0,790368; valor-p = 0,00	NÃO
%PBF2017	W = 0,659263; valor-p = 0,00	NÃO
TOTCR	W = 0,541973; valor-p = 0,00	NÃO
TOTBV	W = 0,55519; valor-p = 0,00	NÃO
MEDFAM	W = 0,947843; valor-p = 0,00	NÃO

Tabela 2 – Teste de normalidade dos dados

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se que a maior parte das variáveis não são normalmente distribuídas, mas optou-se por não manipular os dados de forma que estes passassem apresentar a distribuição desejável pois isso poderia levar a um distanciamento do real fato estudado, ao mesmo tempo foi adotada a estatística não-paramétrica que atendeu o que a pesquisa se propôs a estudar. Para as análises aqui destacadas realizado no *software* Gretl.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se os resultados e discussão pela análise descritiva dos dados.

4.1 Análise Descritiva dos Dados

No que se refere aos indicadores de Qualidade da educação, tem-se que o desempenho dos alunos do quinto ano em português (PORT5) apresentou uma média de 176,29. O município com maior valor neste aspecto foi Graccho Cardoso com nota 211,3, seguido de Amparo de São Francisco, com 209,65 e Aracaju com 193,43. Os municípios com menor nota foram Brejo Grande (152,91), Porto da Folha (153,92) e Pacatuba (155,66). Ressalta-se ainda que a Prova Brasil considera 9 níveis para a disciplina de português (NVLPORT5), no entanto, o nível mais alto alcançado pelos municípios sergipanos foi o nível 4, alcançado por Graccho Cardoso e Amparo de São Francisco. O nível mais baixo encontrado entre as cidades estudadas foi o de número 2, o qual classificou a maior parte dos municípios investigados (35 cidades).

Sobre a disciplina de matemática, no quinto ano (MAT5), a média dos municípios que compuseram a amostra da pesquisa foi de 188,04, sendo que as cidades com melhores notas neste aspecto foram: Amparo De São Francisco (217,83); Graccho Cardoso (210,99) e Itabaianinha (209,06). As cidades com menor desempenho foram Feira Nova (171,24), Pacatuba (169,65) e Brejo Grande (169,36). Para esta matéria, a Prova Brasil classifica 12 níveis de aprendizagem (NVLMAT5), sendo que o mais alto alcançado pelas localidades participantes da pesquisa foi o nível 4, atingido por 14 cidades. O mais baixo grau existente entre as regiões estudadas foi o de número 2, presente entre 8 participantes da amostra.

Já no tocante à disciplina de português no nono ano (PORT9) a média alcançada foi de 233,63, tendo com cidades com melhor desempenho Cedro de São João (262,56); Nossa Senhora de Lourdes (257,33) e Nossa Senhora do Socorro (253,99). Com as menores notas ficaram Arauá (205,59); Siriri (208,88) Pacatuba (209,15). Como já dito, para a prova de português é possível alcançar 9 níveis (NVLPORT9). Nas cidades estudadas, o maior nível encontrado foi do número 6, alcançado por Cedro de São João, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Itabaianinha. O nível mais baixo neste aspecto, encontrado na amostra, foi o de número 4, visto em 17 municípios.

Para a disciplina de matemática no nono ano (MAT9) a média foi de 233,82, sendo Cumbe (273,89), Cedro de São João (262,10) e Ribeirópolis (258,94) as cidades com melhor desempenho. Em contraponto estão os municípios de Feira Nova (196,60), Arauá (208,35) e Santo Amaro das Brotas (213,72) com as menores notas. Para esta variável, o maior nível alcançado foi o de número 6 (NVLMAT9), tendo sido verificado nas cidades de Cumbe, Cedro de São João, Ribeirópolis, Itabaianinha e Pedra Mole. O menor nível foi o de número 3 encontrado apenas no município de Feira Nova. A Tabela 3 resume os resultados para estes primeiros aspectos.

Município	PORT 5º	Ranking PORT 5º	MAT 5º	Ranking MAT 5º	PORT 9º	Ranking PORT 9º	MAT 9º	Ranking MAT 9º
Amparo de São Francisco	209,65	2	217,83	1	245,2	15	246,22	11
Aquidabã	169,21	52	181,99	46	233,75	37	224,34	53

Aracaju	193,43	3	200,09	14	246,7	12	244,36	15
Arauaá	158,01	66	172,21	67	205,59	71	208,35	70
Areia Branca	174,91	37	187,99	34	236,61	32	239,62	25
Barra dos Coqueiros	184,25	19	189,55	32	241,41	21	240,25	22
Boquim	177,27	31	190,22	29	237,74	27	234,27	35
Brejo Grande	152,91	71	169,36	71	213,62	65	220,14	62
Campo do Brito	187,43	13	196,91	18	239,77	24	243,59	16
Canhoba	167,25	55	178,48	55	230	45	234,54	34
Canindé de São Francisco	173,93	39	184,11	44	231,38	40	229,95	43
Capela	165,69	59	175,05	63	223,07	58	219,89	65
Carira	172,93	40	187,82	35	225,14	54	225,53	48
Cedro de São João	176,19	35	195,26	21	262,56	1	262,1	2
Cristinápolis	182,69	22	191,45	26	240,93	22	233,84	38
Cumbe	158,99	65	179,86	50	247,02	10	273,99	1
Divina Pastora	171,71	47	179,1	54	245,11	16	224,73	51
Estância	171,31	48	181,39	47	233,82	36	234,25	36
Feira Nova	155,81	68	171,24	69	209,46	68	196,6	71
Frei Paulo	162,37	64	176,82	61	240,79	23	245,64	13
Gararu	177,59	30	198,93	16	225,36	53	240,94	20
General Maynard	180,47	27	184,14	43	218,33	63	237,73	28
Gracho Cardoso	211,3	1	210,99	2	231,24	41	222,63	58
Ilha das Flores	172,22	44	185,86	38	230,11	44	227,63	45
Indiaroba	172,09	45	184,7	42	222,34	61	224,21	54
Itabaiana	185,84	17	200,21	13	244,37	18	242,89	17
Itabaianinha	189,61	9	209,06	3	250,18	5	256,16	4
Itabi	178,91	29	189,8	31	236,28	34	237,43	30
Itaporanga d'Ajuda	175,13	36	179,81	51	223,65	56	221,5	60
Japaratuba	192,19	5	205,2	5	247,89	6	241,52	19
Japoatã	166,56	57	176,1	62	227,99	49	232,33	39
Lagarto	174,43	38	186,03	37	237,45	29	237,61	29
Laranjeiras	157,58	67	173,45	64	213,07	66	219,76	66
Macambira	189,54	11	206,83	4	229,96	46	236,33	31
Malhada dos Bois	190,65	6	201,95	9	243,72	19	230,22	42
Malhador	182,46	23	186,24	36	246,93	11	249,97	7
Maruim	172,86	41	179,44	53	230,21	43	231,19	40

Monte Alegre de Sergipe	165,53	60	179,77	52	218,27	64	215,93	68
Muribeca	190,36	8	191,65	24	231,19	42	223,71	56
Nossa Senhora Aparecida	176,21	34	191,55	25	227,27	50	224,95	49
Nossa Senhora da Glória	171,78	46	185,27	41	233,61	39	235,25	32
Nossa Senhora das Dores	171,26	49	185,52	40	222,43	60	224,69	52
Nossa Senhora de Lourdes	167,79	54	180,31	49	257,33	2	239,97	23
Nossa Senhora do Socorro	192,41	4	200,97	10	253,99	3	248,25	10
Pacatuba	155,66	69	169,65	70	209,15	69	221,74	59
Pedra Mole	182,15	24	190,19	30	244,65	17	251,9	6
Pedrinhas	162,47	63	178,35	57	226,89	51	221,08	61
Pirambu	183,06	21	203,91	6	237,7	28	224,79	50
Poço Redondo	162,94	62	173,12	65	228,96	47	230,61	41
Poço Verde	186,31	15	203,78	7	224,61	55	227,77	44
Porto da Folha	153,92	70	172,36	66	211,98	67	218,28	67
Propriá	168,44	53	177,91	59	234,18	35	245,36	14
Riachão do Dantas	166,65	56	181,39	48	218,51	62	223,54	57
Riachuelo	183,75	20	191,7	23	247,74	7	242,58	18
Ribeirópolis	184,34	18	195,47	19	243,05	20	258,94	3
Rosário do Catete	181,87	25	195,43	20	233,63	38	226,92	46
Salgado	176,41	33	191,22	27	247,13	9	252,63	5
Santa Luzia do Itanhhy	170,32	51	185,66	39	236,32	33	237,74	27
Santa Rosa de Lima	171,15	50	178,45	56	246,37	13	248,56	9
Santana do São Francisco	166,25	58	177,04	60	228,07	48	219,93	64
Santo Amaro das Brotas	187,26	14	192,34	22	222,47	59	213,72	69
São Cristóvão	172,39	43	182	45	250,45	4	234,76	33
São Domingos	189,56	10	200,46	11	237,42	30	238,04	26

São Francisco	190,37	7	200,33	12	237,2	31	239,86	24
São Miguel do Aleixo	172,82	42	171,87	68	226,07	52	226,15	47
Simão Dias	186,3	16	197,51	17	245,47	14	245,78	12
Siriri	164,27	61	178,01	58	208,88	70	220,03	63
Telha	181,8	26	199,63	15	238,89	25	233,94	37
Tobias Barreto	188,6	12	203,77	8	247,54	8	249,21	8
Tomar do Geru	177,09	32	188,05	33	238,33	26	240,64	21
Umbaúba	179,92	28	190,99	28	223,23	57	223,83	55

Tabela 3 – Resumo das variáveis da qualidade de educação

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere às variáveis relacionadas com o bolsa família, verificou-se que, em média, cada município recebe 1,41% dos recursos totais com bolsa família distribuídos entre as cidades estudadas (%PBF). O município com maior participação é Aracaju com 9,82% seguido de Nossa Senhora da Glória (7,44%) e Lagarto (4,60%). Os que apresentam menor participação são Amparo de São Francisco (0,24%, General Maynard (0,14%) e São Francisco (0,24%). As cidades com maior número de crianças entre 6 e 15 anos beneficiárias (TOTCR) são Aracaju (28.719), Nossa Senhora da Glória (16.058) e Lagarto (9.625), sendo que aquelas com menor número Amparo de São Francisco (8.658), General Maynard (9.789) e Pedra Mole (13.182).

No que se refere à média recebida por família (MEDFAM), os maiores valores estão em Santana do São Francisco (R\$ 257,04), Canhoba (R\$ 235,93) e Graccho Cardoso (R\$ 230,51). Já os que apresentam menor média de recebimento por família são Aracaju (R\$ 134,33), Malhador (R\$ 138,75) e Itabaiana (142,53). A Tabela 4 resume tais resultados.

Município	%PBF	Ranking %PBF	CR	Ranking CR	MEDFAM	Ranking MEDFAM
Amparo de São Francisco	0,13%	71	222	71	R\$ 145,85	65
Aquidabã	0,94%	34	2.083	30	R\$ 144,85	67
Aracaju	9,82%	1	28.719	1	R\$ 134,33	71
Araúá	0,79%	37	1.464	40	R\$ 174,53	32
Areia Branca	0,72%	44	2.071	31	R\$ 149,72	63
Barra dos Coqueiros	0,96%	33	2.235	27	R\$ 157,21	51
Boquim	1,42%	21	2.736	21	R\$ 163,18	44
Brejo Grande	0,57%	52	1.173	48	R\$ 169,86	37

Campo do Brito	0,77%	41	1.788	36	R\$ 146,32	64
Canhoba	0,48%	57	580	59	R\$ 235,94	2
Canindé de São Francisco	2,22%	13	4.646	11	R\$ 193,15	19
Capela	2,21%	14	4.189	13	R\$ 186,17	23
Carira	1,43%	20	2.755	20	R\$ 151,59	62
Cedro de São João	0,29%	63	564	60	R\$ 171,81	34
Cristinápolis	1,48%	18	2.631	22	R\$ 196,45	17
Cumbe	0,29%	65	375	67	R\$ 168,65	39
Divina Pastora	0,32%	61	562	61	R\$ 201,25	12
Estância	2,84%	9	6.853	6	R\$ 155,91	52
Feira Nova	0,54%	56	856	54	R\$ 197,10	16
Frei Paulo	0,79%	38	1.555	38	R\$ 170,85	35
Gararu	1,06%	30	1.424	42	R\$ 185,18	24
General Maynard	0,14%	70	251	70	R\$ 153,55	57
Gracho Cardoso	0,78%	39	770	58	R\$ 230,51	3
Ilha das Flores	0,65%	47	1.270	45	R\$ 177,54	29
Indiaroba	1,05%	31	2.529	24	R\$ 176,03	31
Itabaiana	3,37%	6	8.367	4	R\$ 142,53	69
Itabaianinha	2,95%	8	6.167	7	R\$ 193,45	18
Itabi	0,35%	60	529	63	R\$ 184,81	25
Itaporanga d'Ajuda	1,89%	15	3.942	14	R\$ 170,76	36
Japarutuba	1,05%	32	1.878	34	R\$ 167,11	43
Japoatã	1,06%	29	2.007	32	R\$ 168,16	40
Lagarto	4,60%	3	9.625	3	R\$ 154,40	54
Laranjeiras	1,23%	24	2.923	18	R\$ 160,67	45

Macambira	0,40%	59	803	56	R\$ 154,85	53
Malhada dos Bois	0,25%	68	422	65	R\$ 198,43	14
Malhador	0,59%	51	1.282	44	R\$ 138,76	70
Maruim	0,75%	43	1.919	33	R\$ 144,75	68
Monte Alegre de Sergipe	1,47%	19	2.168	28	R\$ 207,95	7
Muribeca	0,61%	49	989	52	R\$ 201,89	10
Nossa Senhora Aparecida	0,54%	55	782	57	R\$ 153,13	58
Nossa Senhora da Glória	2,62%	11	4.594	12	R\$ 172,57	33
Nossa Senhora das Dores	1,74%	16	3.271	16	R\$ 167,22	41
Nossa Senhora de Lourdes	0,45%	58	845	55	R\$ 169,84	38
Nossa Senhora do Socorro	7,44%	2	16.058	2	R\$ 154,02	56
Pacatuba	1,07%	28	1.817	35	R\$ 190,52	21
Pedra Mole	0,27%	67	338	69	R\$ 197,88	15
Pedrinhas	0,64%	48	1.156	49	R\$ 179,55	27
Pirambu	0,69%	46	1.254	46	R\$ 176,15	30
Poço Redondo	3,27%	7	4.715	10	R\$ 205,08	9
Poço Verde	1,56%	17	2.415	25	R\$ 179,41	28
Porto da Folha	2,60%	12	3.720	15	R\$ 206,43	8
Propriá	1,34%	22	2.891	19	R\$ 160,32	46
Riachão do Dantas	1,13%	26	2.567	23	R\$ 157,45	49
Riachuelo	0,55%	54	1.204	47	R\$ 157,24	50
Ribeirópolis	0,80%	36	1.546	39	R\$ 159,15	48

Rosário do Catete	0,77%	42	1.326	43	R\$ 211,54	6
Salgado	1,11%	27	2.331	26	R\$ 152,38	61
Santa Luzia do Itanhy	1,23%	25	2.110	29	R\$ 218,61	5
Santa Rosa de Lima	0,29%	64	1.121	50	R\$ 190,73	20
Santana do São Francisco	0,92%	35	540	62	R\$ 257,04	1
Santo Amaro das Brotas	0,71%	45	1.440	41	R\$ 159,42	47
São Cristóvão	4,07%	5	7.828	5	R\$ 167,21	42
São Domingos	0,55%	53	1.015	51	R\$ 145,36	66
São Francisco	0,24%	69	369	68	R\$ 181,00	26
São Miguel do Aleixo	0,28%	66	426	64	R\$ 199,31	13
Simão Dias	4,25%	4	5.348	9	R\$ 220,00	4
Siriri	0,60%	50	972	53	R\$ 187,06	22
Telha	0,30%	62	375	66	R\$ 201,50	11
Tobias Barreto	2,69%	10	5.396	8	R\$ 152,58	59
Tomar do Geru	0,78%	40	1.652	37	R\$ 152,47	60
Umbaúba	1,24%	23	3.091	17	R\$ 154,12	55

Tabela 4 – Resumo das variáveis do PBF

Fonte: Dados da pesquisa

Em seguida foi verificada a relação entre os dois grupos de variáveis a fim de verificar se há correlação entre a qualidade de educação e o perfil do PBF no município.

4.2 Análise de correlação

Com base nos resultados da correlação de Spearman foi possível verificar que a média do PBF por família no município (MEDFAM) está relacionada significativamente com a nota de Português no quinto ano (PORT5), com a nota de matemática também no quinto ano (MAT5), com o nível da cidade na matéria e série supracitadas (NVLMAT5), com o nível do município na disciplina de português no nono ano (NVLPORT9), bem como da nota de

matemática no último ano do ensino fundamental (MAT9). A Tabela 5 resume e esquematiza os resultados alcançados.

Variável comparada com MEDFAM	ρ	valor-p*
PORT5	-0,25741113	0,0313
NVLPORT5	-0,19758685	0,0980
MAT5	-0,23549829	0,0480
NVLMAT5	-0,25156070	0,0343
PORT9	-0,22146211	0,0639
NVLPORT9	-0,0867350	0,4720
MAT9	-0,34325956	0,0041
NVLMAT9	-0,15960613	0,1837

*Considera-se significativo o valor-p menor que 0,05

Tabela 5 – Correlação entre variáveis de qualidade educacional e MEDFAM

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme pode ser verificado, em todos os casos houve uma associação negativa, o que significa que, à medida que a média de recebimentos por família aumenta, menor é a nota ou nível da cidade nas avaliações nacionais. Dessa forma, é possível inferir que, o fato da família receber mais recursos do bolsa família pode até garantir uma maior frequência escolar (AMARAL; MONTEIRO, 2013; PIRES; 2013; PIRES; DIAS, 2014) mas não necessariamente o acesso a uma educação de qualidade. No que tange às demais variáveis, tais como percentual de participação no total de recursos recebidos pelo PBF (%PBF2017) e total de crianças entre 6 e 15 anos beneficiadas (TOTCR), na maioria dos casos a associação apresentada pelo coeficiente de Spearman foi negativa, no entanto, tais resultados não foram estatisticamente significativos em nenhum dos casos de associação, conforme pode ser verificado na Tabela 6.

Variáveis da qualidade de educação	%PBF2017		TOTCR	
	ρ	valor-p*	ρ	valor-p*
PORT5	-0,05150905	0,6665	-0,04612715	0,7025
NVLPORT5	-0,146060986	0,2242	-0,174293292	0,1460
MAT5	-0,01775669	0,8832	-0,03269673	0,7866
NVLMAT5	0,02280735	0,8503	0,00568643	0,9625
PORT9	-0,04121345	0,7302	0,01319595	0,9130
NVLPORT9	-0,05596207	0,6430	-0,04951010	0,6818
MAT9	-0,05774648	0,6290	0,00828310	0,9453
NVLMAT9	-0,07105896	0,5559	-0,02571761	0,8314

*Considera-se significativo o valor-p menor que 0,05

Tabela 6 – Correlação entre as variáveis %PBF2017 e TOTCR com a qualidade educacional

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, entende-se que uma maior entrega de recursos por meio do PBF, apesar da exigência de frequência escolar não está associada a um melhor nível educacional. Tal conclusão foi apontada também por Cireno, Silva e Proença (2013). Dessa forma, pode ficar fragilizado o argumento de Casonato, Corrêa, Paiva (2018a), pois, estes afirmaram que, o fato do bolsa família colaborar com as taxas de aprovação, abandono escolar entre outras, este

promove um avanço do capital humano. No entanto, questiona-se como poderá haver de fato este avanço se a educação que está sendo oferecida não é de qualidade? Ressalta-se que, no estudo de Pires e Dias (2014), mães que tinham filhos beneficiários do PBF consideravam que atender à condicionalidade de frequência é algo importante para a vida dos filhos pois enxergam na escola um caminho para uma vida melhor. Porém, é necessário que haja uma educação que realmente se torne uma ponte entre o estudante uma melhoria na qualidade de vida. Pois, sendo o objetivo do PBF reduzir as desigualdades sociais, só com uma boa educação esse desiderato será alcançado de forma eficiente e duradoura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi verificar se os municípios sergipanos que apresentam maior nível de recebimento de valores por meio do PBF alcançam melhores níveis educacionais. Foram selecionadas 71 cidades do referido estado, sendo os dados estudados por meio de uma abordagem quantitativa valendo-se do coeficiente de *Spearman* para análise dos resultados.

Como principal resultado foi verificado que não há uma associação estatisticamente significativa entre qualidade na educação e variáveis como participação no recebimento de recursos do PBF (%PBF), quantidade de crianças entre 6 e 14 anos atendidas (TOTCR). Percebeu-se, no entanto, que apesar de não significativa, na maioria dos casos a baixa relação que houve foi negativa, denotando uma tendência de que quanto maior o nível de recursos recebidos, menor tende a ser a qualidade da educação.

Os resultados alcançados no presente estudo não podem ser generalizados, pois foram verificados em uma amostra específica. No entanto, servem de reflexão quanto ao fato de ser suficiente exigir a presença da criança na escola, pois é necessário que seja entregue a este pequeno cidadão um bom ensino, que o prepare para a vida adulta e que proporcione para este estudante a perspectiva de um futuro melhor. Não se pode aqui criticar o PBF e tê-lo como culpado, mas o que se expõe é o fato de que não se pode exigir apenas a frequência, é necessário garantir o acesso à uma boa educação.

A pesquisa possui limitações pois sua amostra foi pequena e a natureza dos dados não permitiram métodos econométricos mais robustos. No entanto, apesar destas restrições, o desiderato do estudo foi alcançado e seus resultados apontam para uma realidade que precisa ser revista.

Para pesquisas futuras podem ser realizados trabalhos investigando quais variáveis de fato impactam para uma melhor qualidade do ensino na região investigada, a fim de compreender o que realmente pode ajudar a promover uma melhor instrução. Também é interessante ampliar este estudo com as variáveis relacionadas com o ensino médio, pois existem os recursos destinados para os adolescentes de 16 e 17 anos que em sua maioria cursam essa etapa da educação básica.

REFERÊNCIAS

- AMARAL; E.F.L.; MONTEIRO; V.P. Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Revista de Ciências Sociais**, v.56, n. 3, pp. 531-570, 2013
- AZEVEDO; R. **Correlação e Regressão**. Métodos Quantitativos – Medicina USP. Publicado em 7 de março de 2013. Gravado em 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JKWOpENWgQM>> Acesso em 20 de dezembro de 2018.
- BAUER; L. Estimação do Coeficiente de Correlação de Spearman Ponderado. Mestrado em Epidemiologia (**Dissertação**). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- BÔAS; B.V. Extrema pobreza avança e é recorde em 9 Estados. **Valor Econômico** (Online). Publicado em 09 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5912587/extrema-pobreza-avanca-e-e-recorde-em-9-estados>> Acesso em 27 de novembro de 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 20 de novembro de 2018.
- BRASIL. **Decreto n. 9.396 de 30 de maio de 2018** - Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm> Acesso em 27 de novembro de 2018.
- BRASIL. **Lei n. 10.836 de 9 de janeiro de 2004** - Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm> Acesso em 27 de novembro de 2018.
- CASONATO; L.; CORRÊA; A.L.; PAIVA; S.C. Condicionalidades do PBF e seus efeitos sobre os índices educacionais nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012. **Revista Brasileira de Planejamento e desenvolvimento**, v. 7, n. 2, p. 264-299, mai./ago. 2018.
- CASONATO; L.; CORRÊA; A.L.; PAIVA; S.C.F. O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza e na sequência histórica das grandes políticas econômicas brasileiras: suas condições de possibilidade. **Leituras de Economia Política**, (26), p. 77-94, jan./jun. 2018
- CHAUÍ; M.S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CIRENO; F.; SILVA; J.; PROENÇA; R.P. Condicionadores, desempenho e percurso escolar de beneficiários do bolsa família. In: CAMPELLO; M.C.N. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013. Cap. 19, p. 297-304.
- COSTA; M.M.M.; LOBO; T.A. O Programa Bolsa Família: origem deste modelo, formas de implementação e desafios contemporâneos. In: **XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 07 a 09 de maio de 2014.
- GARCIA; A.V.; HILLESHEIM; J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 131-147, set. 2017.

GLESSER; L.A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2 ed. Editora Loyola, São Paulo, 2004.

INEP. **Matrizes e Escalas**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>> Acesso em 19 de dezembro de 2018.

INEP. **Saeb**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>> Acesso em 23 de novembro de 2018.

JESUS; F.F.; SILVA; M.C.; BOAVENTURA; V.C. **Políticas públicas e programas de transferência de renda: o impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix-Ba. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.**

MARCHESINI; L. Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do país. **Valor Econômico** (Online). Publicado em 05 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais>> Acesso em 27 de novembro de 2018.

MARINHO; E.; LINHARES; F.; CAMPELO; G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? **Revista brasileira de Economia**. v. 65 n. 3 / p. 267–288 Jul-Set 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Etapas do ensino asseguram cidadania para crianças e jovens. **Governo do Brasil** (Online). Publicado em 23 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2012/04/etapas-do-ensino-asseguram-cidadania-para-criancas-e-jovens>> Acesso em 28 de novembro de 2018.

MONNERAT; G.L.; NOGUEIRA; J.F. Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Saúde: Desafios da Implementação das Condicionalidades em um Município de Grande Porte. In: OZÓRIO; K. **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**. Ministério do Desenvolvimento Social: 2014.

NOVAES; I.; ALMEIDA; R. Sergipe segue entre piores índices de educação no país. In: **Infonet** (Online), publicado em 8 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/educacao/sergipe-segue-entre-piores-indices-de-educacao-no-pais/>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

OLIVEIRA; L.F.B.; SOARES; S.S. Bolsa Família e Repetência: Resultados a partir do CADÚNICO, Projeto Frequência e Censo Escolar. In: CAMPELLO; M.C.N. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013. Cap. 18, p. 285-295.

OLIVEIRA; L.F.B.; SOARES; S.S. Bolsa Família e Repetência: Resultados a partir do CADÚNICO, Projeto Frequência e Censo Escolar. In: CAMPELLO; M.C.N. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013. Cap. 18, p. 285-295.

ORTIZ; L.R.A.; CAMARGO; R.A.L. Breve Histórico e Dados para Análise do Programa Bolsa Família. In: **II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, França, São Paulo, Brasil, 20 a 22 de setembro de 2016.

PIRES; A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

PIRES; A.; DIAS; T.B. A Exigência de Frequência Escolar Segundo Beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Roteiro**, Joaçaba, v. 39, n. 1, p. 185-198, jan./jun. 2014.

RAMPAZZO; L. **Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 3 ed. Editora Loyola: São Paulo, 2005.

RIOS; D. SE possui o segundo pior IDH da Educação do NE. In: **Jornal da Cidade** (Online), publicado em 01 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/cidades/2018/06/301061/se-possui-o-segundo-pior-idh-da-educacao-do-ne.html>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

SANTANA; C. Ministro: “50% dos sergipanos dependem do Bolsa Família”. **Infonet** (Online). Publicado em 3 de abril de 2018. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/politica/ministro-50-dos-sergipanos-dependem-do-bolsa-familia/>> Acesso em 27 de novembro de 2018.

SANTOS; B.F. Um balanço da educação pública em cada estado do Brasil. In: **Revista Exame** (Online), publicado em 9 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/um-balanco-da-educacao-publica-em-cada-estado-do-brasil/>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

SILVA; M.O.S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6), p. 1429-1439, 2007.

SILVEIRA; P.S. **Estatística não paramétrica**. Métodos Quantitativos – Medicina USP. Publicado em 19 de fevereiro de 2013. Gravado em 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WhE3OvnFuzk&t=2458s>> Acesso em 20 de dezembro de 2018.

SOARES; L.A.S. Transferências de renda: modalidades e finalidades. In: **13º BIEN Congress**, São Paulo, São Paulo, Brasil, de 30 de junho a 2 de julho de 2010